

HABEAS CORPUS Nº 548.980 - RS (2019/0358542-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEISE CASPANI COLLET - RS051075
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ROGER RENAN EGGRES RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROGER RENAN EGGRES RIBEIRO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Apelação Criminal n. 70082860719.

O paciente foi condenado, por infração do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena total de 6 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, "porque tinha consigo, para fins de traficância, um tablete de crack (500g) e um tablete de cocaína (490g) – e-STJ fl. 299.

Interposta apelação pela defesa, o recurso foi desprovido pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 297/317).

No presente *writ*, pleiteia a defesa postula a incidência do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 no grau máximo, já que o paciente preencheria os requisitos para tanto. E, por conseguinte, pede a mudança do regime inicial e a substituição da pena.

Requer, assim, liminarmente, e, no mérito, a aplicação do art. 33, §4º, da Lei de Drogas (e-STJ fl. 6).

É, síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no

Superior Tribunal de Justiça

ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator